

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2017

Senhores Acionistas,
Enviamos para o seu conhecimento as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Abaixo seguem comentários sobre itens que consideramos relevantes no desempenho da Companhia.

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2017 foi marcado por uma grande safra em volume de frutas, principalmente na variedade Fuji gerando um excedente de volume tão importante ao ponto de ter havido venda de frutas in natura (não embaladas) direta de produtores aos distribuidores o que acabou provocando excesso de oferta de fruta para comercialização no primeiro semestre do ano. Como consequência, os preços praticados sofreram grande pressão de baixa e diferentemente do verificado historicamente, não ocorreram as habituais recuperações dos preços durante o segundo semestre.

Para a Companhia, o grande volume da safra levou ao aumento proporcional nos custos de produção o que aliado aos baixos preços praticados acabou prejudicando em muito as margens e o resultado da operação.

Tendo seu fluxo de caixa suprimido pelas margens ruins, no início do segundo semestre de 2017, a Companhia viu-se diante da difícil situação de não possuir capacidade financeira de dar continuidade na produção para a safra seguinte em todas as suas áreas, sendo forçada a promover a devolução de grande parte de pomares antes do término do período de arrendo.

Fez-se então necessário a adequação do quadro de funcionários ao novo tamanho da área de produção com o desligamento de grande número de colaboradores, em todas as áreas da Companhia, do campo até a área administrativa.

A receita líquida ao longo do ano de 2017 foi de R\$ 44,7 milhões, uma redução nominal de 1,7%, em comparação com o ano de 2016 (R\$ 45,5 milhões). O preço médio praticado em 2017 foi de R\$ 1,86 por kg para a fruta (sem considerar a maçã industrial) quando em 2016 o preço médio praticado foi de R\$ 2,70 por kg, portanto uma redução superior a 31% nos preços em relação ao ano anterior.

Já o volume total comercializado neste período foi de 36,8 mil toneladas (contra 22,7 mil toneladas em 2016), o que representa variação percentual positiva de 62,1%. A variação negativa de preços ao longo do ano, por conta do excesso de oferta de fruta da safra, combinada com o aumento nominal dos custos acabou provocando geração de resultado operacional negativo da

Companhia no ano. Excluindo o impacto das despesas não recorrentes, a Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial) apresentou resultado operacional (EBITDA) negativo de R\$ 9,0 milhões em 2017 (EBITDA negativo de R\$ 6,6 milhões de 2016), uma piora de 36,4 % sobre equivalente anterior.

O Prejuízo Líquido em 2017 foi de R\$ 20 milhões, frente a R\$ 18,4 milhões de Prejuízo Líquido em 2016 observando-se um aumento de 8,7%.

Infelizmente a consequência de todos os pontos acima citados levaram a Companhia a uma situação de forte estrangulamento financeiro, impossibilitando a continuidade de produção sobre diversas áreas de pomares, sendo praticamente forçada a devolver aproximadamente 300 hectares de pomares arrendados, com consequente dispensa de vários colaboradores.

Adicionalmente a tais medidas, a Administração aprovou uma chamada de recursos, via aumento de capital social, conforme aprovado em RCA de 29 de novembro de 2017, mediante a emissão de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado, no valor máximo de R\$ 4.586.298,00 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais) mediante emissão, para subscrição privada, de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta e sete mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por ação, fixados nos termos do art. 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Aumento de Capital"). Encerrado o período de preferência, o exercício por parte dos acionistas foi irrelevante.

O acúmulo de obrigações pendentes diante de uma expectativa de produção, muito inferior em vista da redução da área de pomares, levaram à necessidade de recorrer à proteção da lei com o objetivo de preservação da atividade e, no dia 25 de janeiro de 2018 a Companhia ingressou com Pedido de Recuperação Judicial, que teve seu deferimento na mesma data.

A direção em conjunto com seus colaboradores tem agora a missão de elaborar o Plano de Recuperação Judicial que será, nos prazos determinados pela lei, apresentado à assembleia de credores para apreciação e votação.

RECURSOS HUMANOS

A Companhia promoveu, ao longo deste ano, redução do quadro de pessoal, vinculado direta e proporcionalmente às atividades do período de safra ou entressafra em conformidade à nova estratégia de negócios

INVESTIMENTOS

Os investimentos no exercício de 2017 se destinaram a manutenção do parque industrial.

Pesquisa e desenvolvimento
Não foram feitos investimentos relevantes no exercício de 2017.

PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE

A Companhia desenvolve suas operações atendendo as exigências ambientais e legais tendo renovado sua certificação Global Gap, fundamental para credenciar a empresa como exportadora ao mercado europeu.

SAFRA 2017/2018

Em relação à safra 2017 e 2018, por conta do excesso de produção havido na safra anterior, verifica-se volume de produção bem abaixo, motivado basicamente por frutas de calibres bem inferiores. Com isto, os números da safra apontam para rendimentos abaixo dos padrões, nem tanto em relação à qualidade, mas muito mais quanto à quantidade e calibre médio das frutas.

A comercialização da safra 2017 e 2018 teve início no mês de fevereiro de 2018. A forte descapitalização da grande maioria do setor já se fez refletir no início da comercialização, com oferta de preços baixos, por conta da necessidade em se recompor fluxo de caixa para fazer frente aos compromissos de uma maneira geral.

A Companhia espera comercializar ao longo do ano de 2018, aproximadamente 4 mil toneladas, das quais cerca de 15% deverão ser destinados ao mercado externo.

Gostaríamos de manifestar o reconhecimento a nossos funcionários por sua dedicação e comprometimento bem como a nossos fornecedores, fomentados e agentes financeiros pelo apoio com que temos sido distinguidos.

Atualmente, os órgãos de administração da Companhia têm a seguinte composição:

- DIRETORIA**
 Marcos Kassardjian – Diretor
 Luís Antônio López Quintans – Diretor de Relações com Investidores
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 Marcos Kassardjian (Presidente)
 Doris Beatriz França Wilhelm
 Gelmir Antonio Bahr
 Rogério Pereira de Oliveira

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	59	62	67	65	Fornecedores (nota 16)	6.060	15.128	4.973	5.538
Cientes (nota 6)	36	550	1.624	720	Empréstimos e financiamentos (nota 17)	4.294	4.109	44.117	4.509
Estoques (nota 7)	5.422	9.214	5.445	9.876	Financiamentos PESA (nota 18)	435	645	2.329	1.559
Tributos a recuperar (nota 8)	183	198	509	376	Salários e encargos sociais (nota 19)	1.640	1.830	1.682	1.855
Adiantamentos (nota 9)	401	10.032	487	10.091	Salários e encargos sociais	-	-	-	-
Alienação de bens do imobilizado (nota 10)	140	2.273	410	2.273	- Parcelamento (nota 20)	2.835	1.804	2.854	1.845
Outras contas a receber	33	10	32	10	Obrigações tributárias	562	549	2.226	1.909
Despesas de exercícios seguintes(11)	92	533	321	988	Obrigações tributárias	-	-	-	-
					- Parcelamento (nota 21)	224	91	228	194
Total do ativo circulante	6.366	22.872	8.895	24.399	Adiantamentos de clientes	2	57	153	140
NÃO CIRCULANTE					Partes relacionadas (nota22)	30.704	23.565	2.994	2.473
Depósitos judiciais (nota 12)	323	373	1.286	1.303	Outras obrigações (nota 23)	2.150	2.188	2.348	2.392
Tributos a recuperar (nota 8)	1.974	1.722	3.254	3.077	Total do passivo circulante	48.906	49.966	63.904	22.414
Alienação de bens do imobilizado (nota 10)	1.800	1.800	3.700	4.238	NÃO CIRCULANTE				
Aplicação Financeira (nota 5)	-	-	-	300	Empréstimos e financiamentos (nota 17)	17.841	15.920	17.841	52.701
Outras contas a receber	64	58	275	269	Financiamentos PESA (nota 18)	8.474	11.597	21.112	30.383
Despesas de exercícios seguintes (nota 11)	10	1.336	801	4.077	Salários e encargos sociais	-	-	-	-
Investimentos (nota 13)	1	1	-	-	- Parcelamento (nota 20)	895	3.315	895	3.330
Propriedade para investimento (nota 14)	17.592	17.583	17.592	17.583	Obrigações tributárias	-	-	-	-
Imobilizado (nota 15)	2.020	5.799	28.599	37.226	- Parcelamento (nota 21)	817	343	817	1.131
Intangível	41	45	253	263	Tributos diferidos sobre reavaliação	3.484	3.489	8.450	9.060
					Provisão para contingências (nota 24)	1.189	986	1.343	1.189
Total do ativo não circulante	23.825	28.717	55.760	68.336	Provisão para preço mínimo de ações (nota 24.4)	3.152	3.152	3.152	3.152
					Provisão para perdas em investimentos (nota 13)	3.166	45	-	-
TOTAL DO ATIVO	30.191	51.589	64.655	92.735	Outras obrigações (nota 23)	4.000	4.457	8.874	11.056
					Total do passivo não circulante	43.018	43.304	62.484	112.002
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 25)				
					Capital social	142.652	142.652	142.652	142.652
					Reserva de reavaliação	6.513	6.507	6.513	6.507
					Reservas de lucros	35	35	35	35
					Prejuízos acumulados	(210.933)	(190.875)	(210.933)	(190.875)
					Total passivo descoberto	(61.733)	(41.681)	(61.733)	(41.681)
					TOTAL DO PASSIVO	30.191	51.589	64.655	92.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Reavaliações	Reserva de Lucros	(Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	133.174	6.546	35	(172.546)	(32.791)
Aumento de capital	9.478	-	-	-	9.478
Realização de reserva de reavaliação	-	(39)	-	39	-
Prejuízo do período	-	-	-	(18.368)	(18.368)
Em 31 de dezembro de 2016	142.652	6.507	35	(190.875)	(41.681)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(1)	(1)
Reversão do IR e CS s/ Reavaliação	-	6	-	(6)	-
Prejuízo do período	-	-	-	(20.051)	(20.051)
Em 31 de dezembro de 2017	142.652	6.513	35	(210.933)	(61.733)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do Exercício	(20.051)	(18.368)	(20.051)	(18.368)
Ajuste do Resultado das Disponibilidades Geradas na Atividade Operacional				
Depreciação e Amortização	549	802	3.548	4.006
Baixa de Bens do Imobilizado	3.413	965	5.385	1.701
Equivalência Patrimonial	3.120	5.455	-	-
Variações nos Ativos e Passivos				
Redução (aumento) em clientes	514	963	(904)	890
Redução (aumento) nos estoques	3.792	5.289	4.431	5.209
Redução (aumento) nos adiantamentos	9.631	(8.010)	9.604	(6.263)
Redução (aumento) nos tributos a recuperar	(237)	1.953	(310)	1.548
Redução (aumento) em depósitos judiciais	50	56	17	118
Redução (aumento) nos direitos realizáveis	2.104	4.408	2.373	10.742
Redução (aumento) nas despesas antecipadas	1.767	370	3.943	1.134
Aumento (redução) em fornecedores	(9.068)	7.596	(565)	(3.256)
Aumento (redução) em Tributos Diferidos	(5)	(34)	(610)	(509)
Aumento (redução) em outras contas a pagar e provisões	5.833	(7.272)	(3.100)	(5.944)
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais	1.412	(5.827)	3.761	(8.992)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(180)	(305)	(297)	(1.436)
Aplicações em investimento	(9)	(42)	(9)	342
Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades de Investimentos	(189)	(347)	(306)	(1.094)
Atividades de Financiamentos				
Aumento (redução) de Empréstimos e Financiamentos	(1.226)	(3.342)	(3.753)	659
Aumento de Capital	-	9.478	-	9.478
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Financeiras	(1.226)	6.136	(3.753)	10.137
Redução de Caixa e equivalentes de caixa	(3)	(38)	(298)	51
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	62	100	365	314
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	59	62	67	365
	(3)	(38)	(298)	51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Venda de mercadorias	30.928	34.734	42.937	43.831
Venda de polpa	-	199	-	229
Venda de mercadorias - exportação	2.334	339	2.334	1.286
Venda de serviços	506	1.938	513	2.004
Receita bruta	33.768	37.210	45.783	47.350
Devoluções e abatimentos	(107)	(257)	(118)	(742)
Impostos	(935)	(1.087)	(936)	(1.098)
Deduções	(1.042)	(1.344)	(1,054)	(1,840)
RECEITA LÍQUIDA	32.725	35.866	44.730	45.510
Custo das mercadorias e serviços	(33.399)	(37.926)	(49.154)	(48.701)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO (nota 27)	(674)	(2.060)	(4.424)	(3.191)
Despesas gerais e administrativas (nota 28)	(5.658)	(4.289)	(6.368)	(5.835)
Despesas comerciais e de distribuição	(1.702)	(1.420)	(1.753)	(1.600)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 13)	(3.120)	(5.455)	-	-
Despesas extraordinárias (nota 29)	(227)	(2.669)	(227)	(2.669)
Outras receitas (despesas) (nota 30)	(8.293)	6	(8.909)	515
Receitas e despesas operacionais líquidas	(19.001)	(13.827)	(17.257)	(9.589)
Despesas financeiras	(6.424)	(6.581)	(11.968)	(16.447)
Receitas financeiras	6.042	4.067	12.989	10.350
Resultado financeiro líquido (nota 31)	(382)	(2.514)	1.021	(6.097)
PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL	(20.057)	(18.401)	(20.661)	(18.877)
IR e CS Diferidos	6	33	609	509
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(20.051)	(18.368)	(20.051)	(18.368)
Por Ação	(1,6791)	(1,5381)	(1,6791)	(1,5381)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial) ("Companhia"), localizada em Fraiburgo – SC foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais. A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

2. CONTROLADA

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"). A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCP 7 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Aprovação das demonstrações financeiras
A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 08 de março de 2018.

3.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As informações financeiras intermediárias da controlada são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da Controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros transferidos são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e os valores líquidos somente são apresentados no balanço patrimonial quando as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (excetadas aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações do circulante.

b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e outras obrigações.

c. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido (passivo a descoberto).

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis. O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

4.4. CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

4.5. ESTOQUES

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Todos os custos de produção incorridos na formação dos estoques, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem), são agregados ao estoque e baixados conforme sua venda mensal.

4.6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens. A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

Os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

4.7. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.8. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperáveis acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

4.9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.10. AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários do circulante é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial).

4.12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das informações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. Pelo fato da Companhia estar enquadrada no ramo de "atividade rural", ela faz jus ao direito de compensar 100% de seus resultados tributáveis com prejuízos fiscais oriundos da atividade rural. O lucro advindo de atividade "não rural, operacional ou não" deve ser compensado no limite de 30%, conforme RIR/99.

4.13. LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação" no encerramento de cada exercício.

4.14. NORMAS, INTERPRETAÇÕES E REVISÕES DE NORMAS NÃO VIGENTES.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicadas pela primeira vez em 2017

A Companhia entende que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB e CPC, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2017 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Normas emitidas mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão abaixo representadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável quando entrarem em vigência

- Alterações à IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações (Vigência a partir de 01/01/2018)***
O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia entende que as alterações não produzirão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

- IFRS 9 / CPC 48 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)***
Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substituiu a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo na adoção desta norma.

- IFRS 15 / CPC 47 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)***
A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A Companhia atua no cultivo e comercialização de maçãs, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros, configurando-se como uma única obrigação de desempenho. A Companhia entende que a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto em sua receita e resultado, uma vez que espera que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

- IFRS 16 / CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)***
A IFRS 16 (CPC - 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil), emitida em janeiro de 2016 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia avaliou de forma preliminar e entende que a norma pode gerar impactos em suas demonstrações financeiras. A avaliação quantitativa do efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras será realizada durante o ano de 2018.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido (passivo a descoberto) divulgado pela Companhia.

4.15. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.16. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Cirulante				
Caixa	-	6	-	6
Banco conta movimento	59	56	67	59
	59	62	67	65
Não Cirulante				
Aplicações financeiras	-	-	-	300
	-	-	-	300

6. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Duplicatas a receber	482	1.034	2.259	1.384
Provisão paa crédito de liquidação	(446)	(484)	(635)	(665)
	36	550	1.624	720

A partir do 2º trimestre de 2017, a Companhia passou a concentrar o faturamento de vendas na controlada Pomifrai Fruticultura S.A., ocasionando uma queda nos saldos a receber da controladora em relação ao exercício de 2016.

No consolidado, o aumento nas "Duplicatas a receber", em comparação ao exercício anterior se deve a uma situação atípica ocorrida nos recebíveis de 2016, onde seus saldos estavam muito abaixo dos níveis normais devido à baixa produção/venda do último trimestre daquele ano.

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
A vencer	18	407	573	460
Vencidas				
Até 30 dias	17	23	466	60
31 a 60 dias	0	109	153	166
61 a 90 dias	1	11	1	33
91 a 180 dias	75	215	495	249
a mais de 180 dias	371	269	571	416
	482	1.034	2.259	1.384

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Saldo inicial	(484)	(1.235)	(665)	(2.659)
Adições	(71)	(371)	(87)	(438)
Recuperações	109	1.122	117	2.432
	(446)	(484)	(635)	(665)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é a melhor estimativa que a Companhia possui, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como "possível perda" os títulos vencidos acima de 90 dias.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Produtos em formação (safra da maçã)	4.375	7.092	4.375	7.092
Material consumo e reposição	1.047	1.625	1.070	2.181
Maças próprias	-	140	-	140
Outros	-	357	-	463
	5.422	9.214	5.445	9.876

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo. Assim, nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV – Custo de Produto Vendido.

A queda ocorrida nos saldos de estoques em relação a 31 de dezembro de 2017 é reflexo, substancialmente da devolução de alguns pomares arrendados, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 11 e nº 30).

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
Cofins	-	-	201	-
IRPJ	133	133	147	222
PIS	-	-	47	-
ICMS	-	1	-	1
CSLL	47	47	56	86
IRRF sobre aplicação financeira	-	14	41	51
Contribuição social sobre lucro	3	3	17	16
	183	198	509	376
Não Circulante				
Cofins	2.170	1.917	3.794	3.541
Pis	650	537	961	849
(-) Provisão de glosas	(846)	(732)	(1.501)	(1.313)
	1.974	1.722	3.254	3.077

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

9. ADIANTAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Adiantamento a fornecedores	5.193	10.513	5.278	11.137
Adiantamento de férias	8	41	8	41
Adiantamento de viagens	-	3	-	3
Adiantamento a funcionários	30	45	31	45
Provisão para perdas	(4.830)	(570)	(4.830)	(1.135)
	401	10.032	487	10.091

A queda ocorrida na rubrica "Adiantamento a fornecedores" é reflexo, substancialmente, do término da preparação da safra 2017/2018, e dos correspondentes acertos realizados com os produtores fomentados, realizado com base nas frutas por eles entregues à Companhia. Como resultado desta operação, a Companhia reavaliou sua expectativa de perdas em relação aos adiantamentos realizados, e atualizou sua estimativa de perdas para esses recebíveis.

10. ALIENAÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados à lavratura das escrituras.

A abertura dos valores a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
Área de 1.234.200,00 m²	-	-	270	-
Área de 2.304.100,00 m²	140	88	140	88
Área de 4.183.669,38 m²	-	2.185	-	2.185
	140	2.273	410	2.273
Não Circulante				
Área de 1.234.200,00 m²	-	-	-	538
Área de 2.172.520,00 m²	-	-	1.900	1.900
Área de 4.183.669,38 m²	1.800	1.800	1.800	1.800
	1.800	1.800	3.700	4.238

Ao longo do exercício, a Companhia regularizou antigas pendências documentais relativas a diversas áreas, e como consequência celebrou acordos de recebimento para quitação dos débitos em aberto, reduzindo de forma significativa o saldo desta rubrica.

11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	523	167	942
Outros custos a apropriar	92	10	154	46
	92	533	321	988
Não Circulante				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	1.317	791	4.058
Outros custos a apropriar	10	19	10	19
	10	1.336	801	4.077

No terceiro trimestre de 2017, houve a rescisão de determinados contratos de arrendamentos

de pomares. A medida teve por finalidade adequar o volume de capital de giro nas operações da Companhia aos novos patamares de produção. Desta forma, os saldos de despesas antecipadas relativos aos arrendamentos pagos antecipadamente foram baixados do ativo.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Contribuição Social Rural	-	-	929	929
Depósitos Judiciais CVM	117	202	118	203
Depósitos Judiciais Badesc	132	139	165	139
Depósitos para demanda trabalhista	74	32	74	32
	323	373	1.286	1.303

Contribuição social rural

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discute judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras, apenas na controlada Pomifrai.

Depósitos judiciais – CVM

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

Depósito judicial BADESC

Refere-se a depósito caução relativo ao contrato da cédula Rural Hipotecária nº 910380-00 originalmente depositado no montante de R\$119. Este valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato, visto que o valor principal está garantido pelo PESA (título público do governo) ao final do contrato.

O valor caucionado será remunerado pelos mesmos índices aplicáveis a cédula de crédito aditada, logo, presumindo-se suficiente para a liquidação de todas as parcelas vincendas. As parcelas vincendas serão quitadas, na data do respectivo vencimento com recursos provenientes do valor caucionado.

13. PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

O saldo de R\$3.166 (R\$45 em 2016) registrado na rubrica "Provisão para perdas em investimentos" se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$3.120 (R\$5.455 dezembro 2016).

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219	17.592	17.583	17.592	17.583
	17.592	17.583	17.592	17.583

Refere-se ao valor contábil do terreno, instalações e benfeitorias do imóvel situado na Rua Nereu Ramos, nº 219 – Centro, Fraiburgo – SC, no valor de R\$ 17.592. Pelo fato da Companhia não estar utilizando, neste momento, esse imóvel em suas atividades operacionais. Este imóvel foi dado em garantia (alienação fiduciária) na renegociação da dívida junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – (BRDE), entretanto, a sua baixa efetiva, e transferência de posse à Instituição Financeira, ocorrerá somente na quitação efetiva da operação.

15. IMOBILIZADO

	Controladora		Depre		Residual	
	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17
Imobilizado Próprio em Operação	4.763	177	(2.799)	(520)	1.621	1.621
Edificações	444	-	(426)	(11)	7	7
Benfeitorias	443	65	(90)	(61)	357	357
Culturas Permanentes	2.307	-	(2.080)	(227)	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.357	23	(72)	(174)	1.134	1.134
Câmaras Frigoríficas	-	-	-	-	-	-
Veículos e Tratores	120	61	(100)	(25)	56	56
Móveis e Utensílios	92	28	(32)	(21)	67	67
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	26	-	-	-	25	25
Vestibário/Banheiros Vacaria	26	-	-	(1)	25	25
Imobilizações em Andamento	-	3	(3)	-	-	-
Benfeitorias	-	3	(3)	-	-	-
Reavaliações	1.010	-	(611)	(25)	374	374
Terrenos	372	-	-	-	372	372
Edificações e Benfeitorias	544	-	(528)	(15)	1	1
Culturas Permanentes	94	-	(83)	(10)	1	1
	5.799	180	(3.413)	(545)	2.020	2.020

Consolidado

	Saldo		Depre		Residual	
	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17
Imobilizado Próprio em Operação	18.022	293	(4.548)	(1.957)	11.808	11.808
Terrenos	64	-	-	-	64	64
Edificações	7.499	47	(640)	(366)	6.540	6.540
Benfeitorias	934	75	(92)	(115)	802	802
Culturas Permanentes	4.816	-	(3.825)	(600)	391	391
Máquinas e Equipamentos	4.359	82	225	(811)	3.854	3.854
Veículos e Tratores	205	61	(157)	(36)	72	72
Câmaras Frigoríficas	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	145	28	(59)	(29)	85	85
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	26	-	-	(1)	25	25
Vestibário/Banheiros Vacaria	26	-	-	(1)	25	25
Imobilizações em andamento	129	4	(19)	-	114	114
Benfeitorias	15	4	(19)	-	-	-
Florestas em formação	114	-	-	-	114	114
Reavaliações	1.010	-	(611)	(25)	374	374
Terrenos	372	-	-	-	372	372
Edificações e Benfeitorias	544	-	(528)	(15)	1	1
Culturas Permanentes	94	-	(83)	(10)	1	1
Ajuste Patrimonial	18.039	-	(206)	(1.555)	16.278	16.278
Terrenos	568	-	-	-	568	568
Edificações	1.813	-	(57)	(106)	1.650	1.650
Benfeitorias	3	-	-	-	3	3
Máquinas e Equipamentos	4.628	-	(13)	(774)	3.841	3.841
Câmaras Frigoríficas	10.414	-	294	(565)	10.143	10.143
Veículos e Tratores	595	-	(423)	(107)	65	65
Móveis e Utensílios	18	-	(7)	(3)	8	8
	37.226	297	(5.384)	(3.538)	28.599	28.599

As baixas significativas ocorridas nas rubricas "Culturas permanentes", e "Edificações", estão ligadas à erradicação de pomares e devoluções de terras arrendadas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e nº 11.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Obrigações de parceria rural - Pomifrai	1.600	10.328	-	-
Fornecedores matriz	4.333	4.732	4.789	5.456
Fornecedores - empréstimos de mercadorias	-	15	4	22
Provisão para juros sobre títulos em atraso	127	52	180	59
Outros Fornecedores	-	1	-	1
	6.060	15.128	4.973	5.538

Os saldos desta rubrica se referem aos fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como fornecedores de embalagens e demais materiais necessários

para as operações da Companhia e de sua Controlada.

Nas rubricas de fornecedores, são registrados também os valores devidos aos "Produtores Fomentados", onde a Companhia, em atendimento aos preceitos do pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, considera a obrigação a pagar resultante da diferença entre o preço médio apurado nas maçãs efetivamente vendidas de seus produtores fomentados versus os preços médios praticados no mercado.

Parceria rural com a controlada

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objetos do contrato de parceria rural. Referido contrato foi renovado em outubro de 2015, pela nova Administração.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa anual contrato	Controladora		Consolidado	
		31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16

20. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS - PARCERLAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
INSS	-	1.589	-	1.633
FGTS	326	215	326	215
PERT	52	-	49	-
IRRF	-	-	(3)	(3)
ACORDO RESCISÕES	2.457	-	2.482	-
	<u>2.835</u>	<u>1.804</u>	<u>2.854</u>	<u>1.845</u>
Não circulante				
INSS	-	2.828	-	2.843
FGTS	-	487	-	487
ACORDO RESCISÕES	895	-	895	-
	<u>895</u>	<u>3.315</u>	<u>895</u>	<u>3.330</u>

Débitos migrados para programas de parcelamentos

Em abril de 2017, com base na Instrução Normativa nº 1.687/17, a Companhia e sua controladora aderiram ao Programa de Regularização Tributária – Débitos Previdenciários, migrando seus débitos de INSS que estavam parcelados em outros programas. De acordo com as condições do "PRT".

Nesta adesão, foi reconhecido, parcialmente, os benefícios relativos à inclusão no parcelamento previsto em lei, que referem-se, substancialmente, à possibilidade de abatimento integral da dívida previdenciária com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa do imposto de renda.

No último trimestre de 2017, após consolidação final dos débitos, a Companhia e sua controladora baixaram contabilmente a totalidade dos débitos previdenciários devidos, utilizando-se de prejuízos fiscais, contudo, até o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2017, ainda aguardava a homologação de seus pleitos.

Acordos de rescisões

A Companhia celebrou acordos trabalhistas para pagamentos das verbas rescisórias, o que aumentou significativamente seu passivo de obrigações trabalhistas. Os acordos celebrados possuem vencimentos diversos, sendo que alguns foram parcelados em 10 vezes e outros em até 18 vezes, motivando uma segregação dessas obrigações entre circulante e não circulante.

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PARCELAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
ICMS	52	51	52	51
IRPJ/CSLL	60	-	64	103
ISS/IPTU	112	40	112	40
	<u>224</u>	<u>91</u>	<u>228</u>	<u>194</u>
Não circulante				
ICMS	327	343	327	343
IRPJ/CSLL	213	-	213	788
ISS/IPTU	277	-	277	-
	<u>817</u>	<u>343</u>	<u>817</u>	<u>1.131</u>

22. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Pomifrai Fruticultura S.A. (a)				
Débitos com acionistas	27.725	21.092	-	-
Mútuo com diretores	2.979	2.473	2.979	2.473
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>-</u>
	<u>30.704</u>	<u>23.565</u>	<u>2.994</u>	<u>2.473</u>

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de dezembro 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativo às operações com Partes Relacionadas decorrem, substancialmente, de transações entre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

Pomifrai Fruticultura S.A.

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações. Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações. Referidas movimentações são eliminadas para fins de consolidação.

Débitos com acionistas

Ao longo do exercício de 2016 e 2017, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista controlador, que totalizam em 31 de dezembro de 2017 R\$ 2.979. Referido montante está sendo atualizado com juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
Arrendamentos	694	823	870	1.017
Processos a Pagar	16	266	16	266
Litígio CAM	236	236	236	236
Outros	1.204	863	1.226	873
	<u>2.150</u>	<u>2.188</u>	<u>2.348</u>	<u>2.392</u>
Não Circulante				
Valores a Pagar	4.000	4.000	7.540	7.540
Arrendamentos	-	457	1.334	3.516
	<u>4.000</u>	<u>4.457</u>	<u>8.874</u>	<u>11.056</u>

A rubrica "Arrendamentos" demonstra o efeito de redução obtido com a baixa dos arrendamentos, conforme explicado na nota explicativa nº11.

24. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Contingências trabalhistas	136	148	140	169
Contingências cíveis	400	184	550	365
Contingências tributárias	653	654	653	655
	<u>1.189</u>	<u>986</u>	<u>1.343</u>	<u>1.189</u>

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias. Em 31 de dezembro de 2017, existe o montante de R\$6.300 mil em contingências (probabilidade de perda possível), além dos processos provisionados demonstrados.

Adicionalmente, a Companhia é parte integrante em dois processos regidos em Câmara Arbitral, cujo detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº35.

24.1. Contingências trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para registro de perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos. A seguir, demonstramos a abertura dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Contingências Trabalhistas				
Saldo em 31/12/16	-	148	-	169
Constituição	-	159	-	159
Reversões	-	(171)	-	(188)
Saldo em 31/12/17	<u>136</u>	<u>140</u>	<u>140</u>	<u>169</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a controladora é parte em 23 ações trabalhistas (21 ações com probabilidade de perda possíveis e 02 remotas), acrescida de 1 ação trabalhista na controlada (1 possível).

24.2. Contingências cíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Contingências Cíveis				
Saldo em 31/12/16	-	184	-	365
Constituição	-	279	-	279
Reversões	-	(63)	-	(94)
Saldo em 31/12/17	<u>400</u>	<u>390</u>	<u>400</u>	<u>550</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a controladora é parte em 19 ações cíveis, sendo que (08 possíveis, 03 remotas, 02 prováveis), acrescida de 06 ações cíveis na controlada, (02 remota e 03 possíveis, 01 provável). Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora e da controlada nos montantes de R\$400 e R\$550, respectivamente.

24.3. Contingências tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Contingências Tributárias				
Saldo em 31/12/16	-	654	-	655
Constituição	-	-	-	-
Reversões	-	(1)	-	(2)
Saldo em 31/12/17	<u>653</u>	<u>653</u>	<u>653</u>	<u>653</u>

As provisões para contingências tributárias foram constituídas referente atuação da CVM e demais ações judiciais desta natureza.

24.4. Provisão para garantia de preço mínimo de ações

Conforme fato relevante publicado em 29 de outubro de 2015, a Companhia instaurou formalmente "pedido de instauração de arbitragem", contra os antigos administradores da Controlada, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Controlada pela Pomi Frutas, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha à Companhia obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Controlada em virtude da operação de incorporação. Conservadoramente, e com base no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes dessa discussão.

25. PASSIVO A DESCOBERTO

25.1. Capital social (em R\$)

Em 06 de junho de 2016 foi ratificado o valor do Aumento de Capital, mediante a emissão de 2.848.723 de um total de 3.582.000 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) por ação, totalizando o valor de R\$ 9.543.222,05, passando o capital social da Companhia de R\$ 133.173.480,00, representado por 9.093.745 para R\$ 142.651.584,75, representado por 11.942.468 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Com isso, deixaram de ser emitidas as demais ações não subscritas dentro do limite máximo do Aumento de Capital, em um total de 733.277ações não subscritas.

25.2. Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006.

25.3. Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil.

25.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro 2017 não houve provisão/distribuição de dividendos, uma vez que, a Companhia apresentou prejuízo no período.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

27. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Venda de mercadorias	30.927	34.734	42.937	43.831
Venda de polpa	-	199	-	229
Venda de mercadorias - exportação	2.334	339	2.334	1.286
Venda de serviços	506	1.938	513	2.004
Receita bruta	<u>33.767</u>	<u>37.210</u>	<u>45.783</u>	<u>47.350</u>
Devoluções e abatimentos	(107)	(257)	(118)	(742)
Impostos	(935)	(1.087)	(935)	(1.098)
Deduções	(1.042)	(1.344)	(1.053)	(1.840)
RECEITA LÍQUIDA	<u>32.725</u>	<u>35.866</u>	<u>44.730</u>	<u>45.510</u>
Custo das mercadorias e serviços	<u>(33.399)</u>	<u>(37.926)</u>	<u>(49.154)</u>	<u>(48.701)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	<u>(674)</u>	<u>(2.060)</u>	<u>(4.424)</u>	<u>(3.191)</u>

Embora a Companhia tenha comercializado, ao longo de 2017, um número maior de frutas em comparação ao ano anterior, o preço médio da fruta vendida foi muito inferior ao preço médio praticado em 2016. Dessa forma, houve uma retração significativa das receitas da Companhia, porém os custos não tiveram uma redução proporcional, visto que houve um gasto mais elevado com o packing e demais despesas correlatas para armazenamento das frutas, uma vez que a quantidade produzida em 2017 foi substancialmente maior.

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Custos e gastos com pessoal	(2.794)	(2.727)	(2.967)	(3.070)
Consultorias, auditorias e assessorias	(597)	(356)	(598)	(363)
Despesas legais	(539)	(284)	(550)	(308)
Insumos e manutenção	(69)	(156)	(95)	(177)
Tributos federais, estaduais e municipais	(454)	(151)	(663)	(484)
Multas e Juros sobre tributos	(23)	(75)	(79)	(189)
Despesas com viagens	(262)	(219)	(262)	(219)
Serviço terceiros	(79)	(33)	(80)	(48)
Serviço terceiros advocatícios	(354)	(81)	(370)	(99)
Depreciação e amortização	(40)	37	(61)	(67)
Fretes e carretos	(88)	(37)	(88)	39
Mensalidades e anuidades	(171)	(115)	(293)	(351)
Avisos e publicações	(64)	(59)	(64)	(59)
Outros	(124)	(33)	(198)	(440)
	<u>(5.658)</u>	<u>(4.289)</u>	<u>(6.368)</u>	<u>(5.835)</u>

29. DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Honorários advocatícios e processos CAM	(227)	(793)	(227)	(793)
Reapresentação ITR 2015	-	(112)	-	(112)
Ajuste quadro de pessoal	-	(790)	-	(790)
Processos a Pagar	-	(316)	-	(316)
Baixa Prescrição Saldo ICMS	-	(394)	-	(394)
Outros	-	(264)	-	(264)
	<u>(227)</u>	<u>(2.669)</u>	<u>(227)</u>	<u>(2.669)</u>

Referem-se, a gastos com reestruturação, custas judiciais, custos com a readquirição do quadro de pessoal e outras despesas, todas de caráter extraordinários, ou seja, não recorrentes. Referidas despesas foram substancialmente ocorridas no exercício de 2015 e 2016.

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Reversão (constituição) de provisões com glosas	(114)	658	(189)	486
Constituição de provisões para contingências	(217)	410	(185)	253
Recuperação de despesas	308	338	404	344
Despesas tributárias (i)	(151)	-	(587)	-
Redução PRT (ii)	2.425	-	3.103	-
Erradicação de Pomares (iii)	(2.531)	-	(2.531)	-
Provisão processos produtores 2017/2018 (iv)	(4.830)	-	(4.830)	-
Provisão Processos Nobre seguradores	(265)	-	(265)	-
Venda/Baixa de Imobilizado	(2.307)	(272)	(3.251)	1.317
Outras	(611)	(1.127)	(578)	(1.885)
	<u>(8.293)</u>	<u>6</u>	<u>(8.909)</u>	<u>515</u>

(i) A rubrica "Despesas tributárias" refere-se a provisão de PIS / COFINS sobre CTN's e juros e multas sobre o parcelamento especial PRT.

(ii) A rubrica "Redução PRT" demonstra o efeito de redução obtida com a utilização de prejuízos fiscais de bases negativas, decorrentes da adesão a programas de parcelamentos.

(iii) Nas rubricas "Erradicação de Pomares" e "Venda / Baixa de Imobilizado", foram registradas as baixas contábeis oriundas do encerramento antecipado de determinados contratos de arrendo, conforme comentado na nota explicativa nº 11.

(iv) A rubrica "Provisão para processos com produtores" reflete a atualização da provisão para perdas, ocorridas nos adiantamentos a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos de fomento da safra. A Companhia esta tomando as medidas cabíveis para recuperação dos valores pelo não cumprimento dos instrumentos Particulares de Contrato de Compra e Venda de Maças da Safra 2016/2017, entretanto, conservadoramente, foi constituída provisão para perdas considerada suficiente para cobrir possíveis perdas.

31. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Resultado financeiro PESA				
Receitas Financeiras - PESA	3.731	3.911	10.340	9.972
Variações monetária e juros CTN	3.731	3.911	10.340	9.972

Despesas Financeiras - PESA

Variações monetárias e juros PESA	(1.449)	(2.086)	(4.348)	(5.572)
	<u>(1.449)</u>	<u>(2.086)</u>	<u>(4.348)</u>	<u>(5.572)</u>

antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidez da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidez de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomi Frutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pedido de Recuperação Judicial

Conforme fatos relevantes publicados em 24 e 25 de janeiro de 2018, a Companhia informa que a Pomi Frutas S.A. (Em recuperação judicial) e a sua subsidiária Pomifrai Fruticultura S.A., com o precípuo objetivo de se reestabelecer econômico e financeiramente, viabilizar o fechamento do ciclo de custeio da safra 2017/2018 a ser colhida, bem como repactuar obrigações com seus credores, requererem conjuntamente a sua recuperação judicial no dia 25 de janeiro de 2018 (processo n. 0300188-72.2018.8.24.0024, em trâmite perante a 1ª Vara Cível do foro da Comarca de Fraiburgo – SC), cujo processamento foi deferido pelo juízo recuperacional no mesmo dia.

Marcos Kassardjian **Luís Antônio Lopez Quintañs**
Diretor Diretor de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)** Fraiburgo - SC

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)** (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. A Companhia e a Controlada **POMIFRAI FRUTICULTURA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**, em suas operações normais, não vem gerando resultados suficientes para cobrir os custos de produção, as despesas comerciais administrativas e financeiras e as obrigações com terceiros, gerando prejuízos consecutivos desde o exercício de 2009. Conforme descrito na nota explicativa nº 36, Eventos Subsequentes, em 24 de janeiro de 2018 a Companhia ingressou com pedido de Recuperação Judicial, deferido pela Justiça do Estado de Santa Catarina no dia 25 de janeiro de 2018. Dessa forma, a continuidade das operações fica sujeita a elaboração, aprovação e cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, a ser entregue pela Companhia em 60 dias a partir da data do deferimento mencionado. Atualmente a Administração da Companhia trabalha para elaboração do referido plano, com o intuito de estabelecer um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia e de sua Controlada. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

ÊNFASE

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 20, até 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantém registrado na rubrica Parcelamento de Tributos (“INSS”) os montantes de R\$4.417 mil e R\$4.476 mil, na Companhia e Consolidado, respectivamente. No último trimestre de 2017, com base na Instrução Normativa nº 1.687/17, foram reconhecidos os benefícios relativos à inclusão no parcelamento previsto em lei, e os referidos débitos foram integralmente liquidados com a utilização de prejuízos fiscais. Entretanto, até o presente momento, os referidos débitos não foram consolidados pela Receita Federal do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração obtido antes da data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” e “Ênfases”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a

base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Estoques, custos e operações de fomento com produtores

Porque é um “PAA”

Conforme descrito nas notas explicativas nº7 e 9, a Companhia e sua controlada possuem saldos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativos a “Estoques de produtos em formação” e “Adiantamentos a fornecedores rurais”, respectivamente. Os “Estoques em formação” são compostos, substancialmente, dos custos em formação da safra de maçãs próprias, acrescidos dos custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), enquanto os “Adiantamentos a fornecedores”, são compostos por adiantamentos a produtores rurais com os quais a Companhia e sua controlada possuem contratos de fomento para a preparação do safra.

Considerando a relevância dos montantes registrados e movimentados ao longo do exercício, consideramos essas áreas como um dos focos de nossa auditoria, uma vez que, o registro e a valorização dessas operações podem impactar diretamente o custo dos produtos vendidos, e consequentemente o resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes documentais dos gastos capitalizados em ambas as rubricas contábeis, testes de valorização dos estoques, testes de revisão do custo médio, avaliação da necessidade de constituição de provisões para perdas, exame dos contratos junto aos produtores fomentados, exame documental e financeiro das movimentações junto aos produtores fomentados.

Não identificamos aspectos que nos levassem a considerar necessário modificações relevantes nos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras, que se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA

Porque é um “PAA”

A Companhia possui dívidas renegociadas por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, no valor de R\$90.113 mil em 31 de dezembro de 2017, sendo que, o referido programa condiciona à aquisição de Certificados do Tesouro Nacional (“CTN”), por parte dos devedores, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, cujos valores contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 somam R\$66.672mil, o que resulta em um descasamento de R\$23.441mil.

Consideramos a rubrica de “Financiamentos - PESA”, nota explicativa nº18, como de extrema relevância para auditoria, pois a correta valorização, contabilização e apresentação dos passivos e ativos envolvidos nessa operação, depende de uma correta aplicação das premissas de atualização, bem como pela utilização de documentação hábil e atualizada por parte da administração da Companhia e das instituições financeiras, para proceder aos devidos registros contábeis. A mensuração incorreta desses ativos e passivos poderia distorcer de forma significante as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção e análise dos extratos bancários, envio de cartas de circularização, revisão dos cálculos relativos ao reconhecimento do valor temporal dos Certificados do Tesouro Nacional (“CTN”) e respectivos juros PESA, revisão e recálculo das receitas e despesas financeiras oriundas da contabilização dessa operação ao longo do exercício, e revisão dos passivos tributários originados a partir dessa operação. Exceto quanto ao assunto mencionado na seção “base para opinião com ressalva”, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação dos valores dos ativos e passivos vinculados aos Financiamentos - PESA, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Renegociação com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (“BRDE”)

Porque é um “PAA”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu o processo de renegociação junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (“BRDE”), referente às suas dívidas e da sua subsidiária integral Pomifrai Fruticultura S.A. (“Pomifrai”). Conforme negociação efetuada entre as partes, cujos termos encontram-se devidamente divulgados na nota explicativa nº 17, houve uma série de mudanças em relação ao valor da dívida, prazo de vencimento, bens oferecidos em garantia, além da alienação fiduciária de imóveis da Companhia como forma de quitação de parcela substancial de referido passivo. Devido a representatividade dos valores envolvidos na repactuação dessa dívida, bem como em decorrência das diversas variáveis que envolveram essa negociação, eventuais falhas nos controles internos da Companhia, bem como na correta interpretação e registro contábil dessa operação, poderiam ocasionar distorções relevantes nos saldos contábeis, assim como a ausência de divulgação de informações relevantes dessa operação aos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o envio de cartas de circularização, confronto dos saldos contábeis com os respectivos extratos de empréstimos, entendimentos sobre eventuais novas repactuações da dívida, análise dos pagamentos realizados no período e do devido reconhecimento dos juros no resultado do exercício.

Exceto quanto ao assunto mencionado na seção “base para opinião com ressalva”, não identificamos aspectos que nos levassem a considerar necessário modificações relevantes nos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras, que se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Provisão para passivos contingentes

Porque é um “PAA”

De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia registra provisão para contingências com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada “provável”. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis, sendo que os processos com expectativa de perda considerada como “possível” são apenas divulgados nas notas explicativas, conforme requerido pela supramencionada norma.

A Companhia e sua controlada apresentam passivos contingentes decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Além disso, e conforme divulgado na nota explicativa nº 31, a Companhia está vinculada a 2 (duas) arbitragens na Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Adicionalmente, além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Nesse contexto, consideramos essa uma área como relevante para auditoria, visto que os passivos atualmente registrados pela Companhia poderiam não ser suficientes para cobrir eventuais perdas nas referidas discussões.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação (circularização) junto aos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos judiciais em andamento, com as posições determinadas pela Administração da Companhia, bem como a realização de reuniões periódicas com a Administração e assessores jurídicos para discutir a evolução dos principais processos judiciais em andamento.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações efetuadas, são apropriadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e encontram-se de acordo com o requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram por nós examinadas, cujo relatório emitido em 24 de março de 2017, continha parágrafo de ênfase com relação à representação dos saldos comparativos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fraiburgo, 20 de março de 2018

Ricardo José Patine Filho
Sócio Diretor
CRC 1SP252050/O-9
Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2